



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

DESPACHO

Encaminho o(a).....PK...../35...../2023 de 14 de Febrero de  
2023....., que tramita na **Comissão de Constituição, Justiça e Redação.**

Sala das Comissões, 20 de março de 2023

**RAIMUNDO ALVES GUIMARÃES**

Coordenador de Assitência às Comissões

Setor que Recebeu Gab. Dep..... <u>Ginane</u> .....
Quem recebeu..... <u>Carla Danila Alves Junior</u> .....
Data do recebimento..... <u>20</u> / <u>03</u> / <u>2023</u> .....

**REFERÊNCIA:** Projeto de Lei nº 35/2023

**AUTORA:** Deputada **CLAUDIA LELIS**

**ASSUNTO:** Concede atendimento prioritário à pessoa com fibromialgia nos estabelecimentos que especifica, e dá outras providências.

**RELATOR:** Deputado **ALDAIR COSTA GIPÃO**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER**

**I – RELATÓRIO**

Vem a esta Comissão para exame e parecer o Projeto de Lei nº 35/2023, de autoria da Deputada CLAUDIA LELIS, que “Concede atendimento prioritário à pessoa com fibromialgia nos estabelecimentos que especifica, e dá outras providências”.

Em sua justificativa a autora afirma que o presente Projeto tem como escopo conceder atendimento prioritário nos estabelecimentos públicos e privados em todo o Estado do Tocantins, à pessoa com fibromialgia, síndrome definida pela Sociedade Brasileira de Reumatologia – em consonância com o Colégio Americano de Reumatologia – como “síndrome dolorosa crônica, não inflamatória, cuja etiologia é desconhecida, sendo caracterizada por queixas dolorosas musculoesqueléticas difusas, em pontos anatomicamente determinados.

A proposição foi encaminhada a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a quem compete à análise do aspecto constitucional, legal, jurídico, regimental e técnica legislativa, para efeito de admissibilidade e



tramitação, nos termos do artigo 46, inciso I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.

## II – VOTO

Com efeito, a propositura é de natureza legislativa e, quanto ao poder de iniciativa, o Projeto de Lei não se encontra entre aqueles de iniciativa privativa, indicados no art. 27, § 1º da Constituição do Estado, facultando a qualquer deputado apresentar projetos de leis.

Todavia, ressalta-se que no nosso ordenamento estadual já existe lei que trata sobre o assunto, a Lei nº 3.610, de 18 de dezembro de 2019, que “Dispõe sobre o atendimento prioritário aos portadores de fibromialgia e ataxia nos locais que especifica e dá outras providências”, sendo que a proposta não inova em nada o ordenamento jurídico, ficando, portanto, prejudicada.

Assim, nos termos do artigo 148, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, considera prejudicada a discussão ou votação de qualquer projeto idêntico a outro que já tenha sido aprovado ou rejeitado, na mesma Sessão Legislativa, **ou transformado em diploma legal.**

Ante o exposto, e estando a propositura prejudicado em virtude de Lei idêntica ao projeto em comento, **VOTO** pelo **ARQUIVAMENTO** do Projeto de Lei nº 35/2023.

É o Parecer.

Sala das Comissões, 21 de março de 2023.



Deputado ALDAIR COSTA GIPÃO

Relator



**ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO**



**DESPACHO**

Aprovado o Parecer do(a) Relator(a)  
Deputado(a) ALDAIR COSTA GIPÃO, referente  
ao(a) PL nº 35/2023, na Reunião da Comissão de  
Constituição, Justiça e Redação.

Encaminhe-se(a)(ao) ARQUIVO

Sala das Comissões, 28 de maio de 2023

Deputado **NILTON FRANCO**  
Presidente da Comissão de Constituição Justiça e Redação

**MEMBROS EFETIVOS**

Dep. **PROF. JÚNIOR GEO**

Dep. **JORGE FREDERICO**

Dep. **ALDAIR COSTA GIPÃO**

Dep. **CLAUDIA LELIS**

**MEMBROS SUPLENTE**

Dep. **GUTIERRES TORQUATO**

Dep. **MOISEMAR MARINHO**

Dep. **CLEITON CARDOSO**

Dep. **VALDEMAR JÚNIOR**

Dep. **VANDA MONTEIRO**